

DÍVIDA

Ext

O Brasil paga multa por empréstimo não sacado

Termina no dia 30 de junho o prazo do Brasil para assinar todos os contratos bilaterais com os países-membros do Clube de Paris, conforme o acordo de refinanciamento da dívida brasileira acertado em novembro do ano passado. E, ontem, uma fonte do Banco Central revelou que o Brasil não pode sacar recursos já liberados pelo Banco Mundial, por não poder entrar com a contrapartida em cruzeiros exigida nos contratos de financiamento do organismo internacional.

Por isso, o País paga uma comissão de comprometimento — uma espécie de multa pecuniária, no momento de 0,5% a 0,75% ao ano sobre os saques não-realizados. Essa situação fez com que o presidente e o diretor da Área Externa do BC, Afonso Celso Pastore e José Carlos Serrano, respectivamente, voltassem ontem a tentar convencer o Banco Mundial para reduzir a exigência da contrapartida de recursos internos. Os dois almoçaram com o diretor da área de Planejamento do Banco Mundial para a América Latina, Roberto Gonzales Cofino, e argumentaram inclusive que o governo não pode afrouxar a política monetária sob pena de ter maiores problemas com os auditores do FMI.

No âmbito político, os técnicos do BC não têm dúvidas de que o Banco Mundial aceitará o levantamento das restrições para o Brasil sacar os recursos disponíveis. Como fazem parte quase de um só órgão, o Banco Mundial não deverá ir contra o programa traçado para o Brasil pelo FMI. Depois, há também a presença majoritária dos Estados Unidos no Banco Mundial e o seu máximo interesse em evitar pressões sobre as contas externas brasileiras e os créditos dos bancos norte-americanos.

Clube de Paris
Os entendimentos com os 16

países industrializados credores do Brasil, membros do Clube de Paris, já estão sendo ultimados, para a assinatura dos contratos bilaterais, conforme o acordo de refinanciamento da dívida brasileira.

Segundo o chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda, Tarcísio Marciano da Rocha, o que está sendo negociado ainda é a dívida governo a governo referente a 83 e 84, num total estimado pelo Banco Central em US\$ 3,8 bilhões. Quanto à renegociação da dívida referente a 85, o chefe do Departamento Econômico do Itamaraty, embaixador Proença Rosa, prevê que os entendimentos poderão ser feitos com os representantes dos 16 países credores do Brasil até abril do próximo ano, e talvez já pelas autoridades econômicas do novo governo.

O assessor Internacional da Fazenda, Tarcísio Marciano da Rocha, lembra que o Brasil não é apenas devedor. E, como credor, está concluindo a renegociação da dívida que a Bolívia tem com o País, no montante de US\$ 100 milhões. A dívida polonesa, em torno de US\$ 2 bilhões, também está sendo negociada já há bastante tempo.

Os contratos bilaterais com o Clube de Paris ainda não começaram a ser assinados porque os valores da dívida a ser renegociada variavam. O Brasil acreditava que iria refinar em torno de US\$ 2 bilhões, mas o ministro Ernane Galvêas foi surpreendido com valores bem superiores apresentados pelo Clube de Paris, na reunião de 23 de novembro do ano passado.

Agora, os países credores estão enviando ao Banco Central informações sobre os valores exatos da dívida que venceu em 1983 e da que está vencendo neste ano.

Programa revisto
Robert Sheehy, economista do

FMI especializado em balanço de pagamentos, deixou Brasília ontem, enquanto o seu colega Henri Ghesquiere, que está fazendo o acompanhamento direto da economia brasileira, retornará amanhã aos Estados Unidos. Uma fonte do Banco Central informou que os técnicos do Fundo consideraram bem realista e viável o programa brasileiro de ajuste de contas externas, inclusive com a possibilidade de o País fechar o ano com superávit acima dos US\$ 4,33 bilhões previstos no balanço de pagamentos.

Nos contatos com os economistas do FMI, os técnicos do Departamento Econômico do Banco Central manifestaram a confiança de que o resultado de US\$ 2,44 bilhões no primeiro trimestre permitirá ao Brasil acumular superávit na balança comercial em torno de US\$ 9,5 bilhões, contra a meta original de US\$ 9 bilhões.

Esse ganho extra na balança comercial compensará até as perdas com o inesperado aumento de 1% da prime-rate — taxa cobrada pelos bancos norte-americanos de seus clientes preferenciais desde o dia 19 de março. Caso a prime continue no atual patamar de 12% ao ano até o final deste semestre, os gastos líquidos com os juros da dívida externa subirão dos US\$ 10,6 bilhões projetados inicialmente para US\$ 10,9 a 11 bilhões, este ano. O aumento de 1% da prime só provocará impacto nos encargos exigidos a partir do final de setembro.

O Banco Central ainda não fechou o balanço de pagamentos do primeiro trimestre, mas o superávit comercial de US\$ 2,444 bilhões e o ingresso de US\$ 3 bilhões de recursos novos do jumbo em março permitiram que o saldo positivo do balanço de pagamentos superasse no trimestre US\$ 2 bilhões.